

## Requalificação de centros históricos: estudo sobre os discursos no organizar do espaço

*Requalification of historical centers: study about discourses in the organization of space*

**Carlos César de Oliveira Lacerda<sup>1</sup>**

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7871-1222>

**Sérgio Carvalho Benício de Mello<sup>2</sup>**

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3740-9160>

### Resumo

Esse trabalho teve como objetivo compreender os discursos sobre a gestão do espaço público no que diz respeito a projetos de requalificação de centros históricos na cidade de Porto Alegre. Foi realizada uma pesquisa de abordagem crítica de corrente pós-estruturalista e matriz pós-marxista sob uma perspectiva qualitativa. A teoria do discurso de Laclau e Mouffe (1985) norteou todo o trabalho e foi utilizada a lógica da explanação crítica como metodologia para problematizar os discursos, além de análise de entrevistas, documentos e observação participante. Os resultados apontam diferentes conflitos que visam reintegrar à cidade ao planejamento moderno através de uma gestão eficiente, entretanto, essa reintegração contradiz a identidade do lugar e reforça uma lógica de mercado. Conclui-se que o empreendedorismo urbano tem sido a característica central da gestão urbana na conjuntura de desregulamentação dos mercados em que a cidade tem alçado grande protagonismo e os projetos de requalificação têm justificado a afirmação da cidade como mercadoria.

**Palavras-chave:** Requalificação. Discursos. Organização do Espaço.

### Abstract

This work aimed to understand the discourses on the management of public space with regard to projects of requalification of historical centers in the city of Porto Alegre. A research of critical approach of poststructuralist current and post-Marxist matrix under a qualitative perspective was carried out. Laclau and Mouffe's (1985) discourse theory guided the entire work and the logic of critical explanation was used as a methodology to problematize discourses, as well as analysis of interviews, documents and participant observation. The results point to different conflicts that aim to reintegrate the city with modern planning through efficient management, however, this reintegration contradicts the identity of the place and reinforces a market logic. It is concluded that urban entrepreneurship has been the central feature of urban management in the context of deregulation of markets in which the city has been a major player and the requalification projects have justified the affirmation of the city as a commodity.

**Keywords:** Requalification. Discourses. Space Organization.

<sup>1</sup> Universidade Estadual do Ceará – UECE, Brasil. E-mail: [cesarlacerda.adm@hotmail.com](mailto:cesarlacerda.adm@hotmail.com)

<sup>2</sup> Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Ciências Administrativas, Brasil. E-mail: [sergio.benicio@gmail.com](mailto:sergio.benicio@gmail.com)

## INTRODUÇÃO

O enfoque abordado no presente trabalho é a concepção de um espaço urbano como um organismo vivo que precisa ser problematizado por meio dos diversos atores que estão inseridos na gestão das cidades. No entendimento de Faria (2009) a cidade contemporânea está numa perspectiva de redes, onde os níveis de interdependência se tornam ainda mais complexos quando diversos atores disputam um mesmo espaço. De acordo com Corrêa (2000) essa cidade é repleta de signos, símbolos e campo de lutas como um produto social permeado por diferentes relações de poder. Dessa forma, gerir esses espaços se mostra como um desafio à gestão pública ao enfatizar que a produção no espaço urbano está relacionada a diversos interesses que são resultados de relações contraditórias do sistema vigente, portanto a cidade é produto de contradições (CARLOS, 2004).

Para Vasconcellos (2012) uma cidade é o resultado da interação entre indivíduos, governo e empresas, cujos interesses influenciam a organização. Isso significa que o relacionamento dentro dessa “rede” cidade é dinâmico, ao mudar constantemente por meio dos discursos envolvidos. Fischer (1997) amplia esse pensamento ao discutir uma cidade mais subjetiva e abstrata por meio das suas hierarquias, relações de poder e formas de organizar o espaço coletivo. Dessa forma, trata-se de pensar na pluralidade das suas relações e manifestações e assim, a cidade como organização, pode ser considerada um sistema de fluxos no qual ao mesmo tempo se produz e reflete uma imensa gama de símbolos, signos e significados (REED, 1992).

Nas concepções de Rolnik (1988) habitar esses espaços nas cidades significa se apropriar da vida pública de uma forma coletiva, e assim essa forma de organização necessita de uma certa ordem. Gonçalves (1996) nos evidencia que etimologicamente a *pólis* pressupõe comunidade política e a

política remete a um significado de convívio com as diferenças, no qual a democracia participativa desafia os interesses individuais (KONDER, 1994). Portanto, o espaço da cidade é produto das relações que se estabelecem por meio do trabalho, entre sociedade e o meio circundante. Ele é produzido simultaneamente ao processo de produção da existência humana (CARLOS, 2016).

O foco sobre a requalificação de espaços urbanos tem se tornado algo frequente diante das novas configurações em torno da cidade contemporânea. Nos últimos anos, as cidades foram cenários de conflitos que discutiam os modos de requalificação de áreas centrais e quais os interesses envolvidos no processo. Embora a questão econômica surja como fator primordial, outra questão adquire protagonismo: o ponto de vista discursivo. Os conflitos inerentes aos espaços públicos oferecem uma ótica privilegiada para o estudo do campo discursivo na construção de uma cidade enquanto espaço simbólico de construção das identidades em que os atores sociais estão inseridos. Discutir o organizar do espaço por esse viés implica pensar como ele é significado, quais os sentidos produzidos nele e quais os discursos que o interpretam (LEFEBVRE, 2008).

Ao longo dos anos, diferentes espaços urbanos passaram ou estão passando por intervenções de requalificação urbana, tanto no Brasil, como no restante do mundo, como é o caso do Cais Mauá. O porto Cais Mauá, localizado no espaço geográfico de Porto Alegre-RS, objeto central desse estudo, é um espaço com peculiaridades e possui um turismo consolidado diante do cenário brasileiro. O patrimônio arquitetônico de Porto Alegre bem como suas atividades de turismo demonstram as fases vividas pela cidade. A região central de Porto Alegre, em que se localiza o Cais Mauá atualmente, é alvo de requalificação urbana pelo poder privado e público para a preservação e ao mesmo tempo, o fomento ao turismo daquela

localidade.

O Cais faz parte da história da cidade cujas características especiais o fizeram ser protegido pelos Patrimônios Histórico Nacional e Municipal (PHNM). A importância histórica do Cais Mauá reside no fato de sua construção resultar de um grande esforço conjunto entre o governo e a sociedade gaúcha, que se empenhavam, no início do século XX, para modernizar a capital e incrementar a economia. O Cais Mauá faz parte da história da cidade e a localização do porto é motivo de interesse da iniciativa privada, pois se encontra em local estratégico para atrair turistas (VIEIRA, 2012). Ao longo dos anos o Cais foi perdendo sua função portuária o que gerou a desativação do mesmo.

Em 2010 foi lançado Edital de Concorrência 001/2010, para aprovação das propostas de requalificação do Cais Mauá. O projeto vencedor da concorrência deveria observar e priorizar a acessibilidade, o restauro do patrimônio histórico e a realocação dos prédios públicos atualmente existentes. No final do referido ano (2010) foi assinado um contrato entre a Cais Mauá do Brasil S.A. e o Governo do Estado para a requalificação do Cais, enfatizando que o novo Cais Mauá será um ícone de modernidade para a cidade de Porto Alegre.

Assim, o espaço começa a ser alvo de polêmicas devido à proposta grandiosa de requalificação. Em 2015, o Cais Mauá foi objeto de discussões referentes a esse projeto por grupos que se manifestaram contra o projeto aprovado, ou seja, demonstrando que a requalificação não é uma unanimidade para a população, gerando conflitos em seu andamento. Para muitos militantes da sociedade civil organizada o projeto atual desconsidera a identidade gaúcha.

O Cais no futuro seria dividido em 3 etapas: o Setor Gasômetro, o Setor Armazéns e o Setor Docas: 1) Gasômetro – que abará as atividades comerciais, como a construção de um shopping a fim de conectar o Rio Guaíba ao centro de compras

e a Praça Brigadeiro Sampaio; 2) Setor Armazéns – no qual se encontram os bens patrimoniais, que serão utilizados para atividades culturais, gastronômicas, de lazer e educação; 3) Docas – que visam a implementação de atividades empresariais, como a construção de torres que abrigarão um hotel, centro empresarial e estacionamentos.

Diante do exposto, os vários questionamentos começam a emergir no campo discursivo ao discutir um conceito de cidade. Pontos positivos e negativos começam a se entrelaçar como forma de trazer uma cidade relevante para todos os envolvidos. Os questionamentos giram em torno da discussão de um “bom projeto”, entretanto, como ficaria a integração do espaço? Como seria a organização do lugar tendo em vista os vários grupos políticos envolvidos? E a fragmentação socioespacial? Como o gaúcho pode ser representado nesse contexto no que diz respeito às suas tradições? O projeto exclui ao invés de incluir?

Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo compreender os discursos sobre a gestão do espaço público no que diz respeito a projetos de requalificação de centros históricos na cidade de Porto Alegre. A abordagem foi a partir da Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, uma teoria pós-estruturalista de matriz pós-marxista que problematiza os discursos, considerando-os como uma prática social. Paralelamente, essa discussão também foi apoiada na teoria do Direito à Cidade de Henri Lefebvre e nos estudos sobre a Produção Capitalista do Espaço de David Harvey que discutem a cidade como um organismo vivo.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### Requalificação de Centros Históricos e Políticas Públicas

Uma área que merece destaque na discussão desse trabalho são os centros

históricos por conta da sua relevância do contexto das requalificações urbanas e entendimento das origens de uma cidade. Essas áreas possuem peculiaridades e individualidades que as tornam diferentes do restante da cidade, como por exemplo, Silva (2002) elenca uma série dessas características: a) localização em região central; b) alto grau de atratividade coletiva; c) preservação da trama urbana e; d) existência de elementos arquitetônicos de valor reconhecido. Para Del Rio (2000) o centro abarca uma carga simbólica representativa de toda uma sociedade urbana e de um modo de produção resultante da evolução das práticas sociais e culturais específicas a uma cidade. A questão do esvaziamento dos centros históricos já é perceptível nos dias atuais pelo deslocamento de atividades centrais para núcleos tangenciais. De acordo com o autor:

A deterioração dessas áreas centrais – deterioração econômica, física, social e ambiental – corresponde à decadência advinda pelo fato da estrutura existente no local não estar mais satisfazendo ao papel funcional que lhe é exigido pela cidade e, conseqüentemente, às expectativas definidas pelo mercado fundiário (SIMÕES JÚNIOR, 1994, p. 12).

Dessa maneira, a questão da requalificação dos centros históricos emerge como uma alternativa de renovação de equipamentos e infraestruturas, sem perder a valorização do espaço público com um caráter mobilizador, acelerador e estratégico, que tem como objetivo proporcionar novos usos a espaços que perderam suas funcionalidades. É nesse contexto que as tradições locais, o patrimônio e a cultura têm sido discutidos apenas como uma mercadoria no processo de requalificação (BOTELHO, 2005).

Os centros históricos são importantes por terem permitido o surgimento da cidade e de seus espaços circundantes, a partir da somas de identidades. Com o passar dos anos, esses

espaços foram sendo deixados de lado, esquecidos e sujeitos à vulnerabilidade da violência urbana, mas a dimensão cultural oriunda das práticas sociais, continua a fazer parte de um significado associado à origem da cidade.

A discussão em torno da requalificação de ambientes históricos vai de encontro a uma problemática relacionada à inovação e à preservação cultural do espaço. Tal entrave tem gerado muitas discussões e modelos de requalificação pautados apenas em um empreendedorismo e marketing urbano, ou seja, modelos pelos quais a cidade é vendida como mercadoria (DUARTE; CZAJKOWSKI JÚNIOR, 2007; HARVEY, 2005).

Nesse sentido, a requalificação abrange o restauro ou conservação dos imóveis, chamada de reabilitação física, e a dinamização do tecido econômico e social, denominada revitalização funcional (CUNHA, 1999). Isso significa que o físico e o funcional (conservação das suas características funcionais e o aumento da sua capacidade de atração, quer para as pessoas que lá habitam, quer para o exercício de atividades econômicas e sociais compatíveis com a residência) se complementam. De acordo com Vaz e Silveira (1999) as intervenções devem conter: I) Humanização dos espaços coletivos produzidos; II) Valorização dos marcos simbólicos e históricos existentes; III) Incremento dos usos de lazer; IV) Preocupação com aspectos ecológicos; e V) Participação da comunidade na concepção e implantação.

O campo do Direito se apropria desse debate através da importância de assegurar as condições mínimas da população de baixa renda que vive nos arredores desses centros históricos, bem como o impacto das modificações no cotidiano da sociedade. Além disso, discute-se o foco sob a égide de uma perspectiva jurídico-institucional que toma como base o Estatuto da Cidade e os aspectos de cidadania participativa ao articular questões de ordem pública e

interesse social que regulam a utilização da propriedade urbana em prol dos indivíduos, ou seja, torna-se necessário garantir o bem-estar coletivo nas cidades (TRINDADE, 2012) ou permitir o direito à produção e fruição do espaço urbano, como abordado por Duarte (2015) ao refletir sobre a construção de cidades justas, igualitárias e sustentáveis.

Nesse contexto, surge o discurso da gentrificação que se apresenta como uma das grandes problemáticas nesse debate e que altera de forma profunda o cotidiano citadino através da ocupação dos espaços nos centros das cidades pela classe média, deslocando os indivíduos de classe mais baixa (BATALLER; BOTELHO, 2012). Trata-se de uma problemática que questiona as políticas de assistência pública, discutindo questões inerentes à utilização do espaço urbano e que segundo Furtado (2014) constitui um dos elementos de uma dinâmica fixa de (re)estruturação urbana, partindo “da organização do espaço urbano de acordo com as necessidades do modo de produção dominante na economia” (p. 342).

Corroborando com essa perspectiva, o campo da Arquitetura se debruça na discussão em torno da preservação do patrimônio histórico e cultural das obras e sua importância para o contexto local ao demonstrar os lugares de memória por meio de “um passado comum e de uma identidade social que faz com que o grupo se sinta parte daquele lugar e do espaço que traz a lume a história de todos” (TOMAZ, 2010, p. 2). Nesse esteio, Arantes, Maricato e Vainer (2000) reforçam que a utilização da imagem tem sido componente central nos projetos de requalificação urbana que usam os aspectos arquitetônicos para recriar os cenários nessa realidade, ou seja, esse campo do saber se envolve com a criação de planos e projetos para reconstruir o local, resgatando a memória na paisagem urbana. Dessa forma, têm produzido intervenções com o objetivo de gerar um certo grau de competitividade e valorização às cidades por meio de projetos de requalificação

urbana que garantem que espaços considerados deteriorados e vazios ganhem vida e valorização imobiliária, cultural e social (GASPAR, *et al.*, 2017), através de um planejamento urbano estratégico que promove um processo de caráter inclusivo e integrador (MOURA; GUERRA; SEIXAS, 2006), ou seja, pautado em um reordenamento do território por meio da preservação do patrimônio histórico, que tem como objetivo inserir as cidades no contexto global (ORREGO, 2012).

No que diz respeito ao discurso da Administração Pública, a requalificação se debruça na gestão de políticas públicas por meio da avaliação de políticas de requalificação urbana, buscando comportar uma nova eficiência e um novo sentido, além de melhoria no espaço urbano através de um planejamento estratégico adequado. De acordo com Pereira e Sancho-Pivoto (2020) a administração pública assume uma função estratégica para direcionar uma metodologia de gestão e planejamento urbano das cidades de forma integrada e participativa para o bem-estar social ou por meio do desenvolvimento de políticas públicas participativas como conselhos municipais, conferências e audiências públicas para o desenvolvimento local (SZWAKO; LAVALLE, 2019). Sobre essa temática é importante mencionar que existem cidades que se desenvolveram, mas não se preocuparam com um planejamento territorial e assim, causaram problemas na utilização de determinadas áreas, bem como o abandono de outras. Com o abandono dessas áreas centrais, surgem as políticas que visam reverter esse quadro, valorizando aspectos contidos naquela realidade. Esse processo já foi observado nas realidades da Europa, da América do Norte e no Brasil. Vargas e Castilho (2009), por exemplo, desenvolveram uma série de estudos e experiências contextualizando diferentes requalificações urbanas em centros históricos, bem como Alves (2017) discute os processos de transformação e gentrificação nos centros históricos através

das mudanças na estrutura social, demográfica, econômica e de habitação.

A gestão de políticas nos centros históricos se apresenta como um desafio à chamada conservação integrada (CI) que concebe a conservação do patrimônio como integrante da conservação urbana, mas que não se desenvolve por meio de intervenções que alterem radicalmente as áreas de reabilitação, propondo uma perspectiva pautada por um viés participativo (ZANCHETI; LAPA, 2012), ou seja, esse tipo de conservação une ações que buscam a conservação do patrimônio, priorizando a função social e cultural da área na intervenção, para que não se altere de forma enfática o cotidiano daqueles que estão envolvidos no local. Entretanto, esse tipo de política se mostra como uma provocação diante da articulação dos diversos atores políticos em torno de projetos que integrem os interesses coletivos sem permitir sobressair os individuais.

Por política pública entende-se um aglomerado de ideias sobre um determinado problema (no caso, requalificação de centros históricos) vinculado a uma determinação legal, mas que não garante execução e além disso, a sua avaliação muitas vezes ignora aspectos relevantes em relação à continuidade da política. Dessa forma, a política pública consiste em uma resposta do poder público no que diz respeito às demandas sociais por meio de benefícios e implicações (SOUZA, 2006). Nesse caso, seria interessante observar aspectos democráticos e participação cidadã na elaboração dessas políticas públicas a fim de integrar interesses da sociedade com os demais.

### A Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe: Conceitos e Categorias

A Teoria do Discurso é uma teoria política que problematiza os sujeitos a partir das vozes (discurso). Entendamos aqui que as vozes não são somente as falas, mas envolvem uma ampla gama de linguagens e

desvelam significados em torno dos acontecimentos, ou seja, o discurso nessa perspectiva, precisa ser entendido como um sistema de significados contingentes inerentes às estruturas sociais (CORDEIRO; MELLO, 2010; FOUCAULT, 1996).

Os analistas do discurso Ernesto Laclau e Chantal Mouffe na Escola de Essex (Inglaterra) desenvolveram a teoria a partir da obra clássica *Hegemony and Socialist Strategy – Towards a Radical Democratic Politics* publicada em 1985. Essa abordagem é de fundamento pós-estruturalista, pois teve pensadores como Lacan e Derrida através de uma releitura do conceito sobre hegemonia de Gramsci. Para Barcelos e Dellagnelo (2012) a TD pesquisa a forma como as práticas sociais se articulam nos discursos que fazem parte da realidade social, pois essas práticas são aceitáveis à medida que os significados são contingentes. Para compreender a Teoria do Discurso faz-se necessário discutir alguns conceitos e categorias analíticas inerentes à teoria.

A Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe é baseada em diversas abordagens filosóficas, com o objetivo de discutir conceitos centrais coerentes e complexos que oferecem subsídio a todas as categorias analíticas apresentadas por eles. Para isso, os autores estabeleceram três conceitos-chave de sua teoria, que são: o discurso, a noção de hegemonia e o antagonismo social. O **discurso** é um conjunto de elementos dados a partir de uma série de relações, compreendido pelas possibilidades de polissemia dos significantes (LACLAU, 2011). A **hegemonia** significa a dominação em que um certo grupo é subjugado a outro e passa a ser controlado pelas suas ideologias. Assim, compreende-se que não existe a busca pela hegemonia sem uma luta (MENDONÇA, 2007). Em relação ao conceito de **antagonismo social**, a presença do “outro” previne que eu seja totalmente eu (LACLAU; MOUFFE, 2015).

Além desses três conceitos centrais,

a TD aborda algumas categorias analíticas que são necessárias para compreender a estrutura que está imersa nos discursos: articulação, momentos, elementos, pontos nodais, significantes vazios, significantes flutuantes, cadeias de equivalência e cadeias de diferença). A **Articulação** pode ser definida como “qualquer prática que estabeleça uma relação entre elementos de tal modo que sua identidade seja modificada como um resultado de prática articulatória” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 178).

Os **momentos** dizem respeito às posições diferenciais que são articuladas em um discurso, enquanto os **elementos** são as diferenças que não se apresentam discursivamente de forma articulada, justamente por seu caráter flutuante (SILVA; BATISTA; MELLO, 2014). Por fim, os **pontos nodais**, para a TD, representam uma junção de momentos, fruto de articulações entre elementos, que inseridos no discurso geram assimilações a novas identidades capazes de gerar mudanças nas práticas discursivas. Assim, pode-se dizer que se trata do próprio sentido da prática articulatória (MENDONÇA, 2010; LACLAU; MOUFFE, 2015).

Esses pontos nodais são discutidos na visão de Laclau e Mouffe (2015) com outro conceito: os **significantes vazios**. “Um significante vazio é, no sentido estrito do termo, um significante sem significado” (LACLAU, 2011, p. 67). Ou seja, ele não possui um significado estável e é capaz de se adequar de acordo com as demandas dos diferentes sujeitos políticos. Já os **significantes flutuantes** possuem a característica de serem emergentes, ou seja, são os sentidos não articulados e por esse motivo, são objetos de disputas políticas (SILVA; BATISTA; MELLO, 2014).

Outras duas categorias analíticas abordadas na Teoria do Discurso são as **cadeias de equivalência e diferença**. Na visão de Laclau e Mouffe (2015), a equivalência é entendida através da lógica de simplificação do espaço político que expande o polo pragmático, reduzindo

assim, o número de possíveis posições do sujeito. Na diferença, se representa uma lógica que expande o polo sintagmático, levando a um aumento da diversidade da posição do sujeito.

## O Direito à Cidade e a Produção Capitalista do Espaço

Lefebvre (2008) observa a cidade como o laboratório do homem. Para o autor, antes era a terra a centralidade desse laboratório e só depois a cidade tomou esse lugar. Dessa forma, a problemática urbana surge como uma ideologia e prática e o ponto de partida para a discussão seria a industrialização e a urbanização. É a partir desse contexto que é feito um paralelo entre as classes dominantes e as classes operárias, pelo qual no tecido urbano surge uma desordem na cidade, com a compreensão de que a classe operária seja expulsa do centro, diminuindo o conceito de “habitar”.

Nesse caso, a cidade é discutida sob a ótica de uma grande rede tecnicamente, socialmente e politicamente, pela qual o capital e o Estado estabelecem suas relações. O núcleo urbano é apontado como um produto de consumo, assumindo um “duplo papel: lugar de consumo e consumo de lugar” (LEFEBVRE, 2008, p. 20). É nesse mesmo sentido que Harvey (2005) apresenta as contradições do modo capitalista de produção nas relações de classe em comparação ao socialismo. Assim, o modo de produção do espaço começa a ser compreendido por meio das várias demandas inerentes ao mesmo, que é caracterizado por sua transformação (GOMES, 1990).

A filosofia surge como um meio de compreensão nos estudos sobre a cidade arcaica grega ou romana, discutindo a oposição entre o valor de uso (a cidade e a vida urbana; o tempo urbano) e o valor de troca (os espaços comprados e vendidos; o consumo dos produtos; dos bens; dos lugares e dos signos) – valor de uso *versus* valor de troca. Assim, para Lefebvre (2008)

a filosofia nasce da cidade, com a divisão do trabalho permitindo a construção do Direito à Cidade como um projeto norteador de uma sociedade urbana (FIORAVANTI, 2013).

O urbanismo por meio da venda de mercadoria é uma temática expressiva nos estudos de Lefebvre (2008) e Harvey (2005). Para o primeiro autor, o urbanismo, nesse caso, concebe a cidade para o mercado, visando o valor de troca apenas, ou seja, o lucro. Dessa forma, não se vende moradia e sim um estilo novo de residir por meio de uma cidade feliz, segura e longe da desordem. Ainda para Lefebvre (2008), a cidade contemporânea está condicionada pelos arquitetos formais e administradores estratégicos, o que para ele é uma problemática, pois traz tipologias urbanas excludentes.

É quando o autor discute as ciências (história, economia, demografia, arquitetura e sociologia) que surgem para analisar as cidades, que para ele são fragmentadas, com exceção da filosofia que fazia sua contribuição de forma mais totalizada, o que também é corroborado nos estudos de Carlos (2016) sobre a produção do espaço urbano e que colocam a filosofia como uma condição para a compreensão do mundo. Entretanto, ainda se questiona: “É possível tirar das ciências parcelares uma ciência da cidade?” (LEFEBVRE, 2008, p. 40). Para o autor, somente a partir de uma *práxis*.

Por essa compreensão, a cidade emite e recebe mensagens. Numa análise semiológica, discute-se a fala da cidade, a língua da cidade, a linguagem urbana e a escrita da cidade. Elementos pelos quais os signos são gerados e compartilhados, trazendo a produção e o consumo desses signos na cidade. É nesse contexto que Gehl (2013) apresenta uma discussão sobre as cidades vivas que são aquelas em que as pessoas conseguem interagir umas com as outras em um sistema de sociabilidade, com alto grau de experiências.

Dessa forma, o Direito à Cidade se apresenta como o próprio direito à vida. A cidadania integral de forma totalizante a todos os habitantes é reivindicada todo o

tempo como forma de expressar um direito aos cidadãos, fazendo emergir a humanização como uma necessidade do direito à liberdade. Esses direitos se configuram como o direito de uso, ou seja, o direito à cidade se sobrepondo ao de troca e da mercadoria. Em outras palavras, o espaço urbano é produzido pelo homem a partir da forma que ele o percebe (experimental), o concebe (pensa sobre) e o vive (age) (LEFEBVRE, 2008; HARVEY, 2005).

Nessa análise, um Cais Mauá só funcionaria se essas três dimensões pudessem ser atendidas de forma global: perceber no sentido sensorial, conceber no sentido de participar/planejar/ter voz e viver no sentido de fazer parte/ter vivência. Assim, para o autor, a revolução e a luta têm que ser urbana através do resgate histórico, cultural e político. Nesse caso, a cidade é um discurso e o discurso é uma linguagem, ou seja, uma comunicação e assim, a cidade se faz através de práticas sociais (HARVEY, 2013).

Harvey (2005) faz também uma análise desse espaço numa relação entre o Estado e o próprio capitalismo, trazendo contribuições para uma análise espacial. No caso do fenômeno estudado no Porto Cais Mauá, é discutido o papel do governo em relação a um perfil empreendedor, ou seja, a posição de um Estado empreendedor por meio de um empreendedorismo urbano, que visa transformar em renda, qualquer forma de serviço ou mercadoria para o capital financeiro. Para Harvey (2005) é nesse espaço urbano que o Estado interfere nas formas de relações e no qual a maioria das classes é oprimida pela hegemonia.

A “modernização” concebida no projeto de um “porto alegre” é vista nas contribuições desses autores. Harvey (2005) chama atenção para esse tipo de modernização, pois salienta que o processo de feitura da cidade, no capitalismo tardio, é tanto produto quanto condição dos processos de transformação da governança urbana, ou seja, de acordo com o autor, a atividade é mostrada como espetáculo para



aqueles que estão excluídos dela e se legitima configurando um novo imaginário de integração e memória.

## ASPECTOS METODOLÓGICOS

Este estudo assume uma posição crítica de corrente pós-estruturalista e matriz pós-marxista sob uma abordagem qualitativa. A metodologia qualitativa emprega diferentes concepções filosóficas, estratégias de investigação, método e análise dos dados. Baseia-se em dados de textos, entrevistas e imagens e é fundamentalmente interpretativa, além de permitir ao pesquisador ter uma visão do fenômeno (CRESWELL, 2010). Diante disso, o trabalho assume uma visão não positivista, entendendo o discurso como uma prática social a partir de um processo de articulações.

A Teoria do Discurso abrange um conjunto de etapas que norteiam as análises. Glynos e Howarth (2007), também teóricos do discurso, desenvolveram algumas orientações metodológicas a partir do método da lógica da explanação crítica em sua obra *Logics of Critical Explanation in Social and Political Theory* (2007). Dessa forma, este estudo utilizou o método, uma vez que está alinhando a Teoria do Discurso.

Howarth *et al.* (2016) apresentam que a lógica da explanação crítica se divide em cinco passos relevantes: problematização, retrodução, lógicas, articulação e crítica. Entretanto, pode-se considerar que estão aglutinados em três grandes momentos, pelos quais a problematização é responsável pelo primeiro momento, enquanto a retrodução, as lógicas e a articulação são responsáveis pelo segundo momento, formando os ciclos retrodutivos e por fim, o momento da crítica que é formado pela justificação e persuasão.

O Momento 1 – Problematização: possibilita alguns questionamentos a partir da construção e interpretação do fenômeno

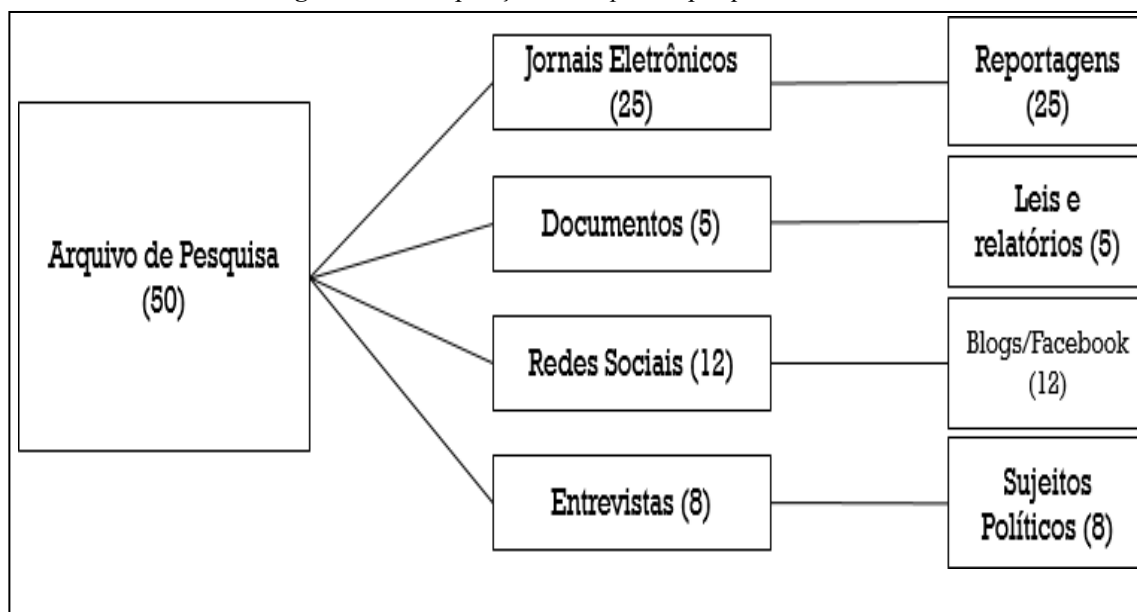
estudado para assim, expandir o campo discursivo, envolvendo todo o fenômeno empírico. Enquanto no Momento 2 – Retrodução, Lógicas e Articulação, a explicação retrodutiva seria a compreensão do fenômeno por meio de ciclos retrodutivos, que reinterpreta as observações levantadas na problematização.

Glynos e Howarth (2007) discute as práticas sociais a partir de três lógicas: a lógica social, a lógica política e a lógica fantasmática. A **lógica social** responde a questão “o que?” e se pauta em caracterizar as práticas ao definir as regras e normas através das estratégias de normatização. A **lógica política** responde a questão do “como?” que conta com a emergência histórica por meio da formação da prática que se debruça sobre os conflitos que foram o pano de fundo da constituição e a **lógica fantasmática** responde a questão “por quê?” e se debruça em entender a forma como os sujeitos são unidos à prática. Sobre a articulação é relevante articular esses vários tipos de lógicas, conectando a pluralidade de modo a considerar o fenômeno problematizado (GLYNOS *et al.*, 2015).

O Momento 3 – Crítica: A persuasão e intervenção (explanação) é o momento conclusivo do trabalho, através do qual a teoria é mencionada e se traz uma argumentação a partir dos achados para convencer e propor intervenções numa literatura engajada (OLIVEIRA *et al.*, 2013). O método é uma abordagem antipositivista, pois os discursos não são fixos e abordam problemas de pesquisa de natureza política e social (GLYNOS; HOWARTH, 2007).

No que diz respeito ao *corpus* de pesquisa, o mesmo foi construído a partir das posições dos sujeitos políticos. Após uma pesquisa cuidadosa, foi montado o *corpus* contendo 50 arquivos, entre eles: entrevistas, reportagens, documentos e redes sociais (Figura 01). Além disso, pode-se contar com três grandes técnicas nessa fase da pesquisa: observação participante, entrevistas e dados documentais (Quadro 01).

**Figura 01** - Composição do *corpus* de pesquisa



Fonte: Elaboração dos autores (2018).

**Quadro 01** - Técnicas Utilizadas na Pesquisa

TÉCNICA	DESCRIÇÃO
Observação Participante	A observação foi realizada por meio de visitas ao local onde está localizado o Cais Mauá. O pesquisador fez anotações de campo, registro fotográfico e participou de passeios no objeto de estudo na intenção de saber se aquele lugar seria desprovido de historicidade, além de identificar a percepção dos frequentadores do ambiente, resultando nas práticas relativas à sociedade civil. Nesse sentido, foi realizado um passeio de barco no Cais, ainda o único meio de acesso, uma vez que o mesmo está fechado ao público.
Entrevistas	Foram realizadas entrevistas com integrantes da sociedade civil organizada: movimentos de resistências como Cais Mauá de Todos e Minha Porto Alegre; representantes da Associação dos Moradores do Centro Histórico; Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural; Associação dos Geógrafos de Porto Alegre e alguns representantes do Estado.
Documentos	Foram levantados leis, ações judiciais, notícias e relatórios sobre a polêmica no Cais Mauá.

Fonte: Elaboração dos autores (2018).

Para apoiar as análises, foi utilizado o *Software NVivo* com vistas a codificar as informações e organizar os dados do arquivo. Após as codificações foram criados nós e sub-nós para facilitar a apresentação dos resultados. O trabalho de análise se iniciou logo após a organização

do *corpus* de pesquisa, pelo qual os itens foram cautelosamente lidos e analisados. No que diz respeito às entrevistas, os entrevistados foram pessoas ligadas aos movimentos de resistência e que possuíam importância nos mesmos, conforme exposto no quadro 02 a seguir.

**Quadro 02 - Lista dos Entrevistados**

<b>CÓDIGO</b>	<b>DESCRIÇÃO DOS ENTREVISTADOS</b>
Entrevistado 01	Co-fundadora do movimento “Minha Porto Alegre” e participante do movimento “Cais Mauá de Todos”.
Entrevistado 02	Assessoria jurídica do movimento “Cais Mauá de Todos”.
Entrevistado 03	Atuante da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural – AGAPAN
Entrevistado 04	Integrante da Associação dos Geógrafos do Brasil – AGB e participante do movimento “Cais Mauá de Todos”.
Entrevistado 05	Participante do movimento “Cais Mauá de Todos” e vereador.
Entrevistado 06	Presidente da Associação de Moradores do Centro Histórico.
Entrevistado 07	Participante do movimento “Cais Mauá de Todos” e deputado estadual.
Entrevistado 08	Moradora do bairro do Centro Histórico.

Fonte: Elaboração dos autores (2018).

A forma de acesso foi por acessibilidade, pela qual o pesquisador agendou as entrevistas e coletou na cidade de Porto Alegre. As entrevistas tiveram duração em média de 40 minutos, foram transcritas na íntegra pelo pesquisador e logo importadas para o software Nvivo, no qual foram decodificadas e analisadas.

## **APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Os resultados se pautam em uma discussão sobre a utilização do espaço em

**Quadro 03 - Identificação dos Nós**

<b>Nó</b>	<b>Descrição</b>
1	Enfatizar que a requalificação do Cais Mauá é um projeto elitista e irá causar um processo de gentrificação.
2	Questionar que os hábitos e a história gaúcha não foram levados em consideração na requalificação.
3	Denunciar a imprudência do poder público e da iniciativa privada em relação a requalificação do Cais Mauá.

Fonte: Extraído do Nvivo (2018).

Em relação ao nó: *ênfatizar que a requalificação do Cais Mauá é um projeto elitista e irá causar um processo de gentrificação*; observou-se que esse discurso possui um significado muito forte e com frequência estava sendo justificado e debatido pela resistência. As mídias sociais foram um canal importante para propagar esse microdiscurso, além de que nas entrevistas, todos os participantes iniciavam suas falas demonstrando a insatisfação de requalificar uma área e trazer exclusão por meio de elitização. Alguns trechos das entrevistas apresentados a seguir, indicam esse discurso:

favorecimento do capital, ou seja, os movimentos de resistência exaltam um discurso de que o atual projeto de requalificação do Cais Mauá é um projeto elitizado, que beneficia um grupo específico. Para ilustrar essa questão foi interessante construir a argumentação baseada em um binarismo entre o popular *versus* a elite, ou o rico *versus* o pobre. Nas análises foram identificados três nós de discursos em relação à elitização do espaço e gentrificação, considerando a lógica da retrodução (Quadro 03).

[...] o poder público garante privilégios para um certo grupo entendeu? Quando a gente vê um projeto dessa dimensão e tanta dedicação do poder público para esse projeto em específico, a gente questiona: é isso mesmo que a cidade precisa? É colocar a cidade num mero plano de negócios, existe uma demanda por mega investimentos na cidade num circuito mundial (Entrevistado 04).

[...] apesar de não ter, uma catraca, uma cobrança para entrar, mas a forma como ele está estruturado acaba restringindo o tipo de pessoas que vão

compartilhar esse espaço que é do povo (Entrevistado 05).

Isto é aceito como “requalificação do Cais”? Ou requalificação prevê somente a elitização do público que terá acesso àquele ambiente, exigindo apropriação privada do espaço? (Entrevistado 03).

Como pode ser observado, as falas indicam um significado associado à revolta diante desse projeto de requalificação. Os argumentos foram os mesmos: elitização, segregação e gentrificação, cada um com seu ponto de vista atrelado. Sendo possível notar um discurso que resiste à atuação do poder público questionando políticas públicas de participação social e democracia participativa, além de problematizar a real necessidade da população de Porto Alegre. Os grupos se mostravam favoráveis a uma requalificação, mas que não fosse da forma como estava sendo proposta e gerenciada. Eles têm consciência que o Cais precisa ser reativado, mas com atividades culturais e lúdicas, através das quais a população não se sinta excluída e sim incluída em todo o processo. Outra questão muito observada nos discursos foi a sobrevivência do comércio próximo ao Cais, no centro histórico.

[...] bem a nossa hotelaria do centro histórico na melhor das hipóteses ela consegue 50% de ocupação nos grandes eventos, aí tu colocas um edifício de hotel com 80 metros de altura na frente do pôr do sol, então uma concorrência desleal e massacradora, muito injusta e pior, numa área pública. Tu pega uma área pública e entrega de mãos beijadas para um particular pra fazer uma concorrência que é desleal (Entrevistado 06).

[...] o que sobra pra gente no miolo do centro? Comércio rebaixado, pastelaria, farmácia, é o que sobra, então o centro que já é sucateado, vai ficar ainda mais deixando sem perspectiva aquele que não conseguiu migrar pra lá (Entrevistado 01).

Parece que existem diferentes demandas em busca de significados nessa requalificação do Cais Mauá, entretanto, a crítica que se faz é como aliar essas demandas, fazendo com que a sociedade também seja beneficiada? Na maioria das vezes os discursos se polarizavam em uma lógica antagônica de um contra o outro ou do bem *versus* o mal, pela qual a sociedade ficava em um embate e sem ser ouvida, contrariando o bem-estar social e desafiando a efetividade da ordem pública. Quando questionados sobre os possíveis benefícios que esse projeto vai trazer à população, as respostas foram as seguintes:

Se tem benefícios? Sim, um pequeno benefício e uma extrema exclusão, então questiona-se: benefício mesmo? Se tivesse somente esse projeto, não tem nenhuma outra alternativa, ah não então tá, é melhor o uso do que o desuso, mas não é o caso (Entrevistado 05).

O único benefício seria o reencontro da população com seu rio e com a beleza do lugar. Mas até isso pode ser questionável, já que se tem dúvidas quanto ao livre acesso ao Cais Mauá (Entrevistado 02).

Os entrevistados expressavam seus argumentos de forma enfática e com bastante propriedade, tomando aquela luta para eles mesmos. As expressões faciais denotavam uma enorme insatisfação e indignação quando questionavam sobre a possibilidade de outros projetos de requalificação que não causassem exclusão. Além disso, diferentes denúncias reforçavam a problemática do livre acesso ao Cais Mauá.

Em relação ao discurso: *questionar que os hábitos e a história gaúcha não foram levados em consideração na requalificação*, foi percebido que esse argumento está na maioria das falas dos entrevistados, demonstrando o descontentamento dessa obra que vem com um discurso de gerar vida no centro histórico da cidade, mas que não carrega atividades lúdicas e ainda exclui a

identidade gaúcha. Trechos das entrevistas evidenciam esse discurso:

[...] é um projeto que descaracteriza a cidade, Porto Alegre tem o nome de Porto Alegre atribuído a esse Porto Cais Mauá né, o cartão postal da cidade, o mais famoso deles é onde aparece o Cais, aparece todo o porto, parte do centro, aparece a cúpula da catedral, aparece a cúpula da igreja das dores, a chaminé da usina no canto, então é uma paisagem que de fato retrata a cidade, imagina como ficará essa imagem depois dessa requalificação? Não é essa imagem que reflete o nosso dia a dia, o jeito de ser gaúcho. A cidade nunca mais vai ser a mesma, essa fotografia não vai mais existir, rasguem! (Entrevistado 06).

[...] a forma como está estruturado os armazéns tem toda uma simbologia que faz parte do dia a dia da forma de viver do gaúcho né, existem inúmeros cartões postais da cidade, então tem até uma simulação na rede mostrando quão horrível ficaria um shopping ali né, sem o mínimo de cuidado com as enchentes, por exemplo, assim tu tens inúmeros problemas né, além das torres e o estacionamento então é isso, acabando com a história de Porto Alegre que nasceu ali (Entrevistado 05).

Percebe-se que as falas dos entrevistados orbitam no campo discursivo na tentativa de gerar um significado para a população de Porto Alegre. O gaúcho parece se preocupar bastante com sua identidade e por isso resiste dessa forma. Entretanto, se o projeto de requalificação no porto contradiz com a identidade gaúcha, qual seria um projeto alternativo que retratasse esse tipo de demanda? Como o gaúcho precisa ser significado nesse espaço público? Como os hábitos gaúchos não se sustentam no projeto atual? E como o antigo Cais representa o gaúcho que não é resgatado no novo Cais? Nesse caso, a identidade é do lugar, fato que leva à reflexão.

Nesse caso, resgata-se a importância

da cultura na formação da concepção de si e do grupo de identificação, concentrando no papel da política de identidades coletivas. As identidades são construções contingentes com as funções e posições de sujeitos disponibilizados pelos discursos produzidos historicamente (HOWARTH, 2013). Isso permite inferir que a formação das identidades coletivas se dá por meio de um projeto hegemônico através das articulações e antagonismos sociais inerentes a ele.

Infere-se que a identidade cultural é associada ao “ser gaúcho”, entretanto, a identidade política discutida pelos autores transcende esse “ser gaúcho”, ou seja, não é porque aquele lugar é gaúcho que os outros não poderiam se apropriar, justamente pelo caráter contingente da identidade. Na verdade, o que existe é um discurso dessa inapropriação, se tornando uma condição irracional. Dessa forma, percebe-se que o jeito gaúcho de resistir se apresenta como algo pertinente que particulariza essa discussão. Se a identidade cultural for usada como forma de justificar a resistência sobre as intervenções urbanas em diversas cidades, então seus apoiadores obtiveram algum respaldo para tal justificação.

O último nó que sustenta esse discurso é de uma gestão arbitrária, pela qual o discurso dos movimentos de resistência enfatizavam como o gerenciamento na requalificação estava sendo omissivo em vários aspectos. O nó identificado é: *denunciar a imprudência do poder público e da iniciativa privada em relação à requalificação do Cais Mauá e sobre ele foram realizadas as devidas inferências a seguir.*

Uma lógica política pautada nessa relação de contestação e na interferência do mercado no governo, problematiza as funções do executor (iniciativa privada) e do fiscalizador (poder público). Nesse caso, seria interessante e ao mesmo tempo desafiador, pensar uma gestão eficiente na condução do projeto através da parceria entre o público e o privado, entre o social e

o coletivo.

Os **momentos** e as **articulações** na contra-hegemonia procuram criar **pontos nodais** com significados de resistência e lutam pela hegemonia com a intenção de mostrar ações que desarticulem o discurso hegemônico, pautado em dois grandes pontos: I) Tentativas de desarticulação no apontamento das irregularidades do consórcio; e II) Índícios de propostas alternativas para uma nova requalificação.

### **I) Tentativas de desarticulação no apontamento das irregularidades do consórcio**

Cerca de 50 ativistas participaram, no fim da tarde desse sábado, de um abraço simbólico ao Cais Mauá para reforçar as críticas que vêm sendo feitas ao projeto de revitalização da área, que prevê a construção de prédios comerciais, shopping e hotel na beira do Rio Guaíba. (Nome da Matéria: Abraço ao Cais Mauá reúne 50 pessoas no centro de Porto Alegre. Fonte: Jornal JÁ. Publicado em 07/05/2016).

Percebem-se diversos significados na disputa do Cais Mauá como demonstrado na matéria jornalística, que buscam justificar as críticas ao projeto vigente de requalificação. Os conceitos de elitização e empresariamento estão sempre circulando nas estruturas discursivas dos sujeitos envolvidos na contra-hegemonia. Na obra de Laclau, o sujeito resiste e interage nos processos que constituem as relações sociais, e dentro desse movimento articula-se e transforma-se, criando novas formas de ver o mundo (LACLAU; MOUFFE, 2015). Laclau menciona que o sujeito resiste e se articula nos procedimentos que compõem as relações sociais, e dentro desse movimento articula-se e transforma-se, criando novas formas de ver o mundo (SANTOS; MELLO, 2014).

A análise do discurso dos favoráveis ao projeto atual de requalificação se apresenta como uma articulação em favor do sentido de que a requalificação é relevante para o progresso da cidade.

Entretanto, diferentes posições antagônicas surgem como elementos bem estruturados em toda articulação em forma de resistência. Como está sendo observado, o discurso hegemônico disputa espaço com aqueles que são contra o projeto da maneira que está sendo imposto, sem levar em consideração aspectos como a cultura e a regionalidade, além do “sentir” a cidade (LEFEBVRE, 2008; HARVEY, 2005). Nesse sentido, esses diálogos reforçam práticas articulatórias que pretendem fixar sentidos de identificação em torno do Cais Mauá. A seguir os trechos das entrevistas apresentam a tentativa de desarticulação do discurso hegemônico no apontamento das irregularidades na gestão da requalificação:

[...] existem vários inquéritos no Ministério Público Estadual, relato de irregularidades por parte do tribunal de Contas do Estado e até mesmo uma investigação da Polícia Federal sobre uma das empresas do consórcio e o plano diretor da cidade não está sendo levado em consideração (Entrevistado 02).

Enfim, esse projeto é muito medíocre, do ponto de vista inclusive de um empreendimento. Ele é muito mal concebido porque ele não resolve o conjunto das variáveis necessárias sequer para o empreendimento proposto, como que tu propõe construir torres para uso comercial em lugares que alagam né, alguém vai ter um escritório que ele vai ter que chegar eventualmente de barco? Como será isso? Isso não foi pensado (Entrevistado 07).

A sociedade civil organizada representada pelos movimentos de resistência se articulam com o objetivo de desmobilizar a parceria público-privada a partir do indício das irregularidades praticadas pelas empresas envolvidas no arrendamento com o poder público. Além de não levar em consideração o plano diretor que prevê a participação da sociedade em intervenções urbanas. Como evidenciado no trecho da entrevista, a questão das enchentes é um problema

recorrente na cidade de Porto Alegre. O Guaíba é um dos mais famosos rios na cidade por seu volume de água que banha o atual Porto Cais Mauá e está histórica e culturalmente ligado, desde a chegada dos primeiros casais açorianos até o atual desenvolvimento econômico da região (MAUCH, 1992).

Uma série de enchentes seguida da maior delas em 1941, inundou vários bairros e fez com que as autoridades decidissem pela construção de um sistema de proteção contra inundações, mas ainda é possível perceber problemas em relação às mesmas. Várias medidas já foram realizadas na tentativa de solucionar essa questão, entretanto, tudo indica que os grandes empreendimentos projetados na requalificação não possuirão capacidades para enfrentar esse problema típico do Cais Mauá.

Observa-se que os vários argumentos fortalecem o discurso sobre uma gestão arbitrária e a questão que denuncia a omissão do poder público e da iniciativa privada. Em oposição, a iniciativa privada e o poder público respondem às provocações realizadas pelos movimentos de resistência evidenciando assim, a forma “limpa” como o processo está ocorrendo. Um discurso tenta aniquilar o outro e não existe uma convergência de ideias, pois a existência do outro impede que eu seja eu mesmo, tornando-se um puro antagonismo.

Já está disponível para consulta o relatório do grupo de trabalho (GT) coordenado pela Secretaria Estadual de Transportes que isenta o empreendedor do Cais Mauá das irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE). Ocorre um dia depois que movimentos contrários ao modelo proposto para a revitalização anunciaram que ingressarão novamente na Justiça para tentar barrar as construções. (Nome da Matéria: Estado publica relatório que isenta consórcio de irregularidades no Cais Mauá. Fonte: Jornal JÁ. Publicado em 15/03/2016).

O processo articulatório é observado nas reportagens apresentadas e identificado como **momentos** a partir da teoria do discurso de Laclau e Mouffe. Dessa forma, infere-se um alto grau de **articulação** dentro do discurso contra-hegemônico. Sendo assim, essa **cadeia de equivalência** compartilha de muitos significados comuns, o que os torna politicamente fortes.

O “progresso” e uma “cidade para todos” surge no discurso hegemônico, mas esse tipo de progresso traz também exclusão, concentração de renda, e subdesenvolvimento, agredindo e restringindo direitos humanos essenciais (SANTOS; MELLO, 2014; CORDEIRO; MELLO, 2013), como se observa nas falas dos entrevistados. Em oposição, o discurso social privilegia elementos com significados ligados a uma integração da cidade com seu rio Guaíba, subordinando o uso daquele espaço a representações de vivência social e preservação da historicidade local.

Foi possível observar que a requalificação está longe de ser consenso entre a população, se configurando como um campo de conflito por meio de interesses individuais, que problematizam o conceito de democracia.

## II) Indícios de propostas alternativas para uma nova requalificação

Nessa disputa ainda existem os manifestantes que apresentam propostas alternativas e/ou pressionam por um novo projeto como forma de gerar significado para uma parte da população que não é contemplada na postura hegemônica, a exemplo do trecho a seguir:

No próximo sábado o Coletivo Cais Mauá de Todos formado por porto alegrensenses descontentes com a concessão do antigo porto da Capital à iniciativa privada, apresentará um projeto de intervenção arquitetônica e urbanística alternativo ao proposto

pelo consórcio vencedor da licitação. (Nome da Matéria: Ativistas propõem projeto alternativo para o Cais Mauá. Fonte: Jornal Já – Porto Alegre. Publicado em 15/12/2015).

Como forma de tornar ativa a sua voz, a contra-hegemonia cria indícios de propostas, trazendo projetos complementares que visam à participação e à transparência. Ainda é importante salientar a contribuição das redes sociais nesse debate que mantém todas as discussões acaloradas, representando um espaço de articulação entre os sujeitos políticos e criação de estratégias de desarticulação do discurso hegemônico.

Movimentos como “Cais Mauá de Todos”, “#OcupaCaisMauá” e “A cidade que queremos” são atuantes de forma fervorosa nas redes sociais, mantendo os internautas atualizados sobre o andamento das manifestações. Esses três grupos são articulados de tal forma que compõem uma só cadeia de equivalência, colocando suas estratégias em constante articulação com os objetivos comuns. A seguir, apresenta-se um trecho da entrevista que demonstra como seria um Cais Mauá para todos:

Outra coisa que deveria tá pensada, nós temos uma tradição em Porto Alegre do artista de rua, do pintor de rua, o artesão, isso é uma tradição da cidade e eles são pessoas que não têm um espaço né pra produzir, para armazenar suas coisas, vivem de forma humilde em casebres, espalhados pelos bairros e arredores até na região metropolitana, enchem suas pesadas malas e vêm até o centro pra poder comercializar sua arte né, então um espaço pra isso que se chama de economia criativa sabe, seria fundamental. A questão do livro, o acesso à informática [...] gente é tanta coisa de interesse social que poderia ser utilizado [...]. (Entrevistado 06).

É possível observar a negação de um projeto de elite que exclui mais do que inclui. Por exemplo, diversos segmentos de artistas culturais que estão envolvidos com

uma economia criativa não foram levados em consideração em nenhuma etapa do projeto e também não foram reservados espaços para aproveitamento da cultura regional. Muito pelo contrário, os movimentos se articulam enfatizando que o próprio artista de rua não se sente representado e muito menos à vontade no “moderno” Cais Mauá, ou seja, percebe-se a exclusão do interesse social.

Apesar da articulação na contra-hegemonia, ainda é possível observarem-se algumas individualidades, deixando transparecer as diferenças em todo o movimento. Alguns intelectuais, a classe dos arquitetos e parte da população muitas vezes parecem apáticos no momento de fazer valer seu discurso e não possuem uma posição nem a favor, nem contrária ao “novo” Cais Mauá. Dessa forma, a falta da **cadeia de equivalência** aparece como uma **cadeia de diferença** que muitas vezes desarticula o significado de “preservação cultural, ambiental e identitária”, desocupando suas posições na geração de significado para o significante vazio. Entretanto, ainda se pode inferir nas análises que existiu uma medida tímida de articular o significado em torno do **ponto nodal**. A seguir um trecho da entrevista demonstra uma cadeia de diferença, pela qual muitas vezes, o discurso dos movimentos de resistência que “protegem” a sociedade, não é vivenciado pela mesma.

[...] acredito que esse projeto vai melhorar muita coisa aqui no centro histórico. As ruas a noite são perigosas, então tu revitalizando iria trazer as pessoas de outros lugares para desfrutar né, do espaço e se ninguém tá ali o espaço fica abandonado, então é melhor que o povo habite, e assim, mais opções de restaurante e mais espaços de lazer. Isso falta muito na cidade e vai mudar a ideia de centro abandonado e perigoso, vamos povoar mais o centro, então é isso, estou ansiosa por esse progresso que eles tanto falam (Entrevistado 08).

Essa fala evidencia as diferentes



demandas para o Cais Mauá, pelas quais parte da população se posiciona a favor da requalificação do jeito que está sendo proposta, enquanto outras camadas assumem outras posições. Entretanto, as críticas se apresentam nos argumentos dos grupos contrários à requalificação, que muitas vezes utilizam o discurso e a imagem do povo sem ao menos saber sua opinião, favorecendo uma camada social em detrimento de outra. Já na entrevista com o líder comunitário do centro histórico, percebe-se que este assume a posição de enfatizar as demandas da população que vive ao redor do Cais, como segue:

[...] o que a comunidade queria? Árvore e passarinho. Ou seja, acho que assim eu defino da melhor maneira, o que a comunidade queria: era a natureza pra poder aproveitar, certo? Um lazer barato, acessível no fim de semana, onde a comunidade se encontra, toma seu chimarrão, come seu amendoim né, as crianças que batem uma bola, os adultos conversam, passeiam, os idosos caminham harmoniosamente com tudo que está ali, é o convívio das pessoas né, comunitário, isso que é nosso dia a dia, o cotidiano das pessoas que vivem no centro histórico (Entrevistado 06).

Percebe-se o descontentamento dessa camada da sociedade e a denúncia em relação ao uso daquele espaço no Cais Mauá. Compreende-se que as disputas pelos sentidos que incidem no campo social se apresentam como arenas discursivas antagônicas em torno da requalificação do Cais Mauá. Esses antagonismos e as resistências fazem parte do discurso em torno do Cais e são relevantes na teoria de

Laclau e Mouffe, que consideram como campo de discursividade. A relação antagônica se estabelece na medida em que a presença do ‘outro’ não permite que o ‘eu’ seja completamente ‘eu’.

Observa-se também um deslocamento no que diz respeito aos significados ligados à identidade gaúcha. Nesse momento, o significado se desloca para a questão da elitização do espaço, ou seja, o que anteriormente se pautava em propagar um discurso de que a requalificação do Cais Mauá contradiz com a identidade gaúcha, agora parece enfatizar mais um discurso binário entre o popular e a elite no uso daquele espaço. Essa questão denota as diferentes demandas da sociedade civil em forma de denúncias e resistências ao articular diferentes significados de modernização, progresso e globalização, questionando o sentido desses conceitos e a custo de que, para quem, quando e por quê.

Diante do exposto, consideram-se as seguintes lógicas do discurso: uma **lógica social** se pauta em um espaço compartilhado, onde toda a sociedade pode usufruir, participando e produzindo relações sociais. Esse é um dos principais argumentos utilizados pelos movimentos de resistência. As lutas por esse espaço compartilhado e um espaço para todos refletem uma **lógica política**, pela qual diversos atores políticos tentam gerar significados para o espaço. A **lógica fantasmática** reflete uma ideologia através de um protagonismo social, integrando diversas demandas e dando voz à sociedade civil. A seguir também é apresentado um quadro com o resumo das lógicas do discurso (Quadro 04).

Quadro 04 - Lógicas do Discurso

LÓGICAS DO DISCURSO	SIGNIFICADOS
Social	Espaço compartilhado
Política	A luta de um espaço para todos
Fantasmática	Protagonismo social

Fonte: Elaboração dos autores (2018).

Observa-se que as lógicas do discurso favorecem um conceito de modernidade pautado em grandes construções e elitização do espaço, onde o gaúcho não se sente representado. O social que é um espaço compartilhado vai perdendo seu conceito em lugar de um espaço privado, entretanto por meio da lógica política percebe-se que a luta de um espaço para todos é significado em cada ação contra um projeto que pretende causar gentrificação social, em que existe a busca por um protagonismo social. Percebem-se as frentes de batalha perante a um projeto que pretende gerar uma nova vivência para a população de Porto Alegre, entretanto as críticas se pautam em como essa vivência é percebida pela população e como é possível a requalificação dessa maneira que foi proposta.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, percebeu-se que os vários discursos tentam articular um conceito de cidade que integre a metrópole com a concorrência intercidades. Os discursos se pautam em compreender que os conflitos em torno do espaço público visam reintegrar a cidade ao planejamento moderno através de uma gestão eficiente, entretanto, essa reintegração contradiz a identidade cultural do lugar e reforça mais uma lógica de mercado e empresariamento urbano.

Algumas provocações são levantadas para problematizar os resultados da pesquisa: O que levou ao questionamento de que aquele projeto de requalificação não contempla a identidade local? Como a cidade de Porto Alegre se desenvolveu a partir de uma lógica moderna de planejamento urbano, seus projetos de intervenções urbanas também seguem essa lógica e perpetuam significados hegemônicos sobre o uso de espaço. Se a requalificação não é consenso para todas as demandas, então o projeto se mostra como inadequado e espera-se que a sociedade seja uma voz protagonista na participação e no

planejamento urbano.

Harvey (2005) tece suas críticas a esse modelo de desenvolvimento, pelo qual o capital financeiro é o principal beneficiado. É interessante perceber que a requalificação de centros históricos como uma política voltada para a potencialização do turismo, poderá trazer a lógica do capital como princípio, entretanto, é preciso problematizar sobre os instrumentos de política urbana que podem captar parte da valorização do espaço urbano requalificado para os cofres públicos, como os instrumentos de contribuição de melhoria, IPTU - Imposto Predial Territorial Urbano progressivo e o próprio Plano Diretor e seus conselhos de política urbana.

Portanto, o que foi apresentado e debatido neste trabalho realça uma discussão sobre essa reintegração moderna através do paradigma da modernidade em uma lógica de mercado, sendo justificada pelos discursos do capital, que problematizam o próprio conceito de integração e democracia como um significativo vazio, ou seja, em construção. Isso significa que a reintegração no discurso hegemônico ainda se pauta em um modelo de planejamento urbano baseado nos pressupostos do positivismo e economicistas, sem refletir sobre as relações sociais inerentes à cada realidade.

Dessa forma, conclui-se que o empreendedorismo urbano tem sido a característica central da gestão urbana na conjuntura de desregulamentação dos mercados em que a cidade e o local têm alçado grande protagonismo e os projetos de requalificação urbana tem justificado a afirmação da cidade como mercadoria, reduzindo o direito à cidade às populações de baixa renda.

## REFERÊNCIAS

ALVES, S. Requalificação e gentrificação no centro histórico do Porto. **Scripta Nova-Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, v. 21, 2017.

ARANTES, O. B. F.; MARICATO, E.; VAINER, C. B. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

BARCELLOS, R.; DELLAGNELO, E. O surgimento do Circuito Fora do Eixo sob a ótica da Teoria Política do Discurso: uma reflexão. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL*, 6, 2012, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: RIGS, 2012.

CORDEIRO, A. T.; MELLO, S. C. B. Teoria do discurso laclauiana: uma mediação entre teoria crítica e prática política. *In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO*, 34, 2010, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: ANPAD, 2010.

BATALLER, M. A. S.; BOTELHO, M. L. O estudo da gentrificação. **Revista Continentes**, n. 1, p. 9-37, 2012.

BOTELHO, T. R. Revitalização de centros urbanos no Brasil: uma análise comparativa das experiências de Vitória, Fortaleza e São Luís. **EURE (Santiago)**, v. 31, n. 93, p. 53-71, 2005.

CARLOS, A. F. A. Da “organização à produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. *In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (Orgs.). A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2016, p. 53-73.

CARLOS, A. F. A. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Labur Edições, 2004.

CORDEIRO, A. T.; MELLO, S. C. B. Teoria do discurso laclauiana: uma mediação entre teoria crítica e prática política. *In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-*

*GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO*, 34, 2010, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: ANPAD, 2010.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. 4. ed. São Paulo: Editora Ática, 2000.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed/Bookman, 2010.

CUNHA, M. L. S. O. A intervenção na cidade existente. **Millenium internet**, n. 13, jan. 1999.

DEL RIO, V. Revitalização de Centros Urbanos: o novo paradigma de desenvolvimento e seu modelo urbanístico. **Revista do programa de pós-graduação em arquitetura e urbanismo - FAUSP**, n. 4, p. 53-64, dez. 1993.

DUARTE, M. C. S. O direito à cidade e o direito às cidades sustentáveis no Brasil: o direito à produção e fruição do espaço e o enfrentamento do déficit de implementação. **Revista Fides**, v. 6, n. 1, 2015.

DUARTE, F.; CZAJKOWSKI JÚNIOR, S. Cidade à venda: reflexões éticas sobre o marketing urbano. **Revista de Administração Pública**, v. 41, n. 2, p. 273-282, 2007.

FIORAVANTI, L. M. Reflexões sobre o “Direito à Cidade” em Henri Lefebvre: obstáculos e superações. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, v. 2, n. 2, p. 173-184, 2013.

FURTADO, C. R. Intervenção do Estado e (re) estruturação urbana. Um estudo sobre gentrificação. **Cadernos Metrópole**, v. 16, n. 32, p. 341-364, 2014.

GASPAR, J. V.; MENEGAZZO, C.; FIATES, J. E.; TEIXEIRA, C. S.; GOMES, L. S. R. A revitalização de espaços urbanos: O case do Centro Sapiens em Florianópolis.

**Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo**, v. 2, n. 4, p. 183-205, 2017.

GEHL, J. **Cidade para Pessoas**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GLYNOS, J.; HOWARTH, D. **Logics of critical explanation**. Abingdon: Routledge, 2007.

GLYNOS, J.; KLIMECKI, R.; WILLMOTT, H. Logics in policy and practice: a critical nodal analysis of the UK banking reform process. **Critical Policy Studies**, v. 9, n. 4, p. 393-415, 2015.

GOMES, H. **A produção do espaço geográfico no capitalismo**: São Paulo, Contexto, 1990.

GONÇALVES, C. W. P. Da cidade-estado à cidade-mundo: ou alguma coisa está fora da ordem da nova ordem mundial. **Geosul**, n.21/22, jan./dez. 1996.

FARIA, L. R. Planejamento estratégico, estatuto da cidade e plano diretor: métodos e instrumentos de organização e gestão do espaço urbano. **Caminhos de Geografia**, v. 10, n. 32, 2009.

FISCHER, T. A cidade como teia organizacional: inovações, continuidades e ressonâncias culturais Salvador, BA, cidade puzzle. **Revista de Administração Pública**, v. 31, n. 3, p. 74-88, 1997.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 23. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HOWARTH, D.; GLYNOS, J.; GRIGGS, S. Discourse, explanation and critique. **Critical Policy Studies**, v. 10, n. 1, p. 99-104, 2016.

LACLAU, E. **Emancipação e diferença**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemonia e estratégia socialista**: por uma política democrática radical. São Paulo: Intermeios; Brasília, 2015.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Centauro Editora, 2008.

KONDER, L. Um olhar filosófico sobre a cidade. In: PECHMAN, R. M. (Org.). **Olhares sobre a cidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994, p. 72-82.

MAUCH, C. **História de Porto Alegre Processo de Ocupação e Urbanização**. In: CURSO PORTO ALEGRE: MEMÓRIA E IDENTIDADE. **Anais [...]**. Porto Alegre: SMC, 1992.

MENDONÇA, D. A teoria da hegemonia de Ernesto Laclau e a análise política brasileira. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 43, n. 3, p. 249-258, 2007.

MOURA, D.; GUERRA, I.; SEIXAS, J. A revitalização urbana: contributos para a definição de um conceito operativo. **Cidades, Comunidades e Territórios**, n.12/13, p. 15-34, 2006.

OLIVEIRA, G.; OLIVEIRA, A.; MESQUITA, R. A teoria do discurso de Laclau e Mouffe e a pesquisa em Educação. **Educação e Realidade**, v. 38, n. 4, p. 1327-1349, 2013.

ORREGO, J. F. M. Práticas contemporâneas no centro urbano: o caso da revitalização urbana na área de Cisneros, Medellín-Colômbia. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL URBICENTROS, 3, 2012, Salvador. **Anais [...]**. Salvador-BA, 2012. p. 1-20.

CORDEIRO, A. T.; MELLO, S. C. B. Teoria do discurso laclauiana: uma

mediação entre teoria crítica e prática política. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 34, 2010, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: ANPAD, 2010.

PEREIRA, L. S.; SANCHO-PIVOTO, A. Planejamento urbano, turismo e segregação socioespacial: O caso da Curva do Lacet em Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil. **Turismo-Visão e Ação**, v. 22, n. 1, p. 141, 2020.

REED, M. Decluding organizations. In: REED, M.; HUGHES, M. (Eds.). **Rethinking Organization: New Directions in Organization Theory and Analysis**. London: Sage, 1992, p. 98-129.

ROLNIK, R. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

SILVA, C. C. G.; BATISTA, M. M.; MELLO, S. C. B. A teoria do discurso de Laclau e Mouffe. In: MELLO, S. C. B. (Org.). **Construção Social da Tecnologia e Teoria do Discurso**. 1. ed. Recife: Editora UFPE, 2014, p. 46-62.

SILVA, H. A. **Revitalização urbana de centros históricos: uma revisão de contextos e propostas: a Ribeira como estudo de caso**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, 2002.

SIMÕES JÚNIOR, J. G. **Revitalização de centros urbanos**. São Paulo: Publicações Pólis, 1994.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

SZWAKO, J.; LAVALLE, A. G. "SEEING LIKE A SOCIAL MOVEMENT": Institucionalização simbólica e capacidades estatais cognitivas. **Novos estudos CEBRAP**, v. 38, n. 2, p. 411-434, 2019.

TOMAZ, P. C. A preservação do patrimônio cultural e sua trajetória no Brasil. **Revista de história e estudos culturais**, v. 7, n. 2, p. 1-12, 2010.

TRINDADE, T. A. Direitos e cidadania: reflexões sobre o direito à cidade. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 87, p. 139-165, 2012.

VARGAS, H. C.; CASTILHO, A. L. H. **Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados**. 2. ed. Barueri: Manole, 2009.

VASCONCELLOS, E. A. de. **Mobilidade urbana e cidadania**. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2012.

VIEIRA, O. A. D. A revitalização do Cais Mauá - por uma outra possibilidade. **Revista Rosa dos Ventos-Turismo e Hospitalidade**, v. 4, n. 1, 2012.

ZANCHETI, S.; LAPA, T. Conservação integrada: evolução conceitual. In: LACERDA, N.; ZANCHETI, S. (Orgs). **Gestão da conservação urbana: conceitos e métodos**. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Urbana, 2012, p. 18-32.

**<sup>1</sup> Carlos César de Oliveira Lacerda**

Doutorando em Administração pelo PPGA/UECE atuando na área de concentração: Gestão, Organizações e Ambiente, com ênfase em Gestão e Estudos Organizacionais. Mestre em Administração pelo PROPAD/UFPE na linha de pesquisa: Organização e Sociedade. Bacharel em Administração pela UEPB. Participante do grupo de pesquisa: Laboratório de Estudos Urbanos e Política da Mobilidade (MOBIS/CNPq), vinculado à UFPE e Estudos Organizacionais, Tecnologias Digitais e Pesquisa Qualitativa (EO-TEDPEQ), vinculado à UECE.

**<sup>2</sup> Sérgio Carvalho Benício de Mello**

Tem formação na área de Administração de Empresas e Filosofia, tendo alcançado o título de Doutor pela City, University of London, Reino Unido (1997). É Professor Titular da Universidade Federal de Pernambuco e bolsista de produtividade em pesquisa nível 1D do CNPq. Tem experiência nas áreas de ensino e pesquisa atuando principalmente com os seguintes temas: Estudos Urbanos; Mobilidades; Tecnologias; Política e Práticas Discursivas; Pós-estruturalismo.